

# **“É muito ruim você não saber ler”: os sentidos de analfabetismo no programa brasileiro de televisão *profissão repórter***

*“It’s too bad not knowing how to read”: the meanings of illiteracy in brazilian television program profissão reporter*

*“Es muy cruel no saber leer”: los sentidos de analfabetismo en el programa brasileño de televisión profissão repórter*

—

**Kalliandra QUEVEDO CONRAD**

Brasil/ kalliandraconrad@gmail.com

**Natália MARTINS FLORES**

UFSM / nataliflores@gmail.com

**Maria Ivete TREVISAN FOSSÁ**

UFSM, Brasil / fossa@terra.com.br

—

*Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*

*N.º 139, diciembre 2018 - marzo 2019 (Sección Monográfico, pp.187-205)*

*ISSN 1390-1079 / e-ISSN 1390-924X*

*Ecuador: CIESPAL*

Recibido: 16-07-2018 / Aprobado: 16-03-2019

### **Resumo**

Investigamos os modos de discursivização do analfabetismo no Programa Profissão Repórter, da Rede Globo de Televisão, do Brasil, relacionando-os com práticas de cidadania. Partindo da abordagem teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica (ADC), operacionalizamos os conceitos de intertextualidade manifesta e constitutiva na análise de uma edição do programa sobre analfabetismo (21/07/2015). Mapeamos as marcas textuais dispostas na superfície do texto para cotejar possibilidades de compreensão da cidadania desde os discursos da mídia. As estratégias discursivas constroem sentidos de vergonha, desajuste e atraso para o analfabetismo, posicionando os analfabetos como sujeitos desqualificados para o mercado de trabalho e para as relações sociais. Antes de ser um direito-dever, a cidadania se torna um privilégio, pois depende das condições econômicas das pessoas.

**Palavras-chave:** Análise Crítica do Discurso; Produção de sentidos; Cidadania; Discurso midiático

### **Abstract**

We investigate the modes of discursivization of illiteracy in *Profissão Repórter* Program, of Brazilian *Rede Globo Television* relating them to citizenship practices. From the theoretical and methodological approach of Critical Discourse Analysis, we operationalize the concepts of manifest and constitutive intertextuality in the analysis of a specific edition of the program about illiteracy, of July 21, 2015. We map the textual marks arranged on the surface of the text to view the possibilities of understanding citizenship since media discourses. Discursive strategies construct meanings to illiteracy of embarrassment, misfit and delay, positioning illiterate people as disqualified for jobs and social relations. Instead of being a social right, citizenship becomes a privilege, as it depends on the economic conditions of people.

**Key-words:** Critical Discourse Analysis; Production of meanings; Citizenship; Media Discourse

### **Resumen**

Investigamos los modos discursivos desde el enfoque teórico-metodológico del análisis crítico del discurso, de una edición del programa acerca del analfabetismo del *Programa Profesión Reporter*, de la Red Globo de Televisión, de Brasil (21/07/2015). Mapeamos las marcas textuales dispuestas en el guión para buscar posibilidades de comprensión de la ciudadanía desde los discursos de los medios. Las estrategias discursivas construyen sentidos de desajuste y retraso para el analfabetismo, poniedolos como sujetos descalificados para el mercado de trabajo y para las relaciones sociales.

**Palabras clave:** Análisis Crítico del Discurso; Producción de sentidos; Ciudadanía; Discurso mediático.

## 1 Introdução

A mídia assume posição central na conformação de sentidos e significados para práticas e realidades sociais no cenário midiático contemporâneo. O discurso jornalístico, em particular, opera uma construção de realidades sociais (Alsina, 1989), de conhecimentos sobre o mundo sensível (Genro Filho, 1987; Meditsch, 1992) que atuam como pontos de referência social. Um dos modos preponderantes pelos quais buscamos conhecer, entender e até mesmo exercer nossos direitos/deveres como cidadãos perpassa o discurso midiático e seus produtos. Segundo Sodré (2010), isto se deve à formação de um quarto *bios* e a novas formas de sociabilidade capitaneadas pela “tecnocultura”, produtoras de novas referências simbólicas para as pessoas inseridas na midiática.

A conformação dos sentidos, no jornalismo, se dá por meio de um processo complexo de negociação e reconfiguração, não sendo transparente nem direta. Segundo nos mostram os estudos do discurso e da linguagem, essa construção discursiva faz-se de forma opaca (Orlandi, 2002). O discurso jornalístico se movimenta em diferentes posições que, por vezes, são contraditórias, complementares, paradoxais. Esta ambiguidade pode ser observada na complexidade dos seus processos de produção de sentidos, que costumam resgatar fragmentos históricos de objetos discursivos, re-atualizando-os no contexto social imediato de produção do discurso.

No Brasil, a televisão assume um papel importante na construção de representações midiáticas. Para 89% dos brasileiros, ela é o primeiro ou segundo principal meio de informação, segundo dados da Pesquisa Brasileira de Consumo de Mídia (2016). As emissoras de canais abertos têm liderança neste consumo, com a Rede Globo de Televisão ocupando o primeiro lugar, com 73% de preferência. A linguagem audiovisual faz com que a TV tenha um amplo alcance, sendo consumida por pessoas de diferentes níveis e classes sociais (Paternostro, 1999).

Partindo desses pressupostos, este artigo propõe uma reflexão sobre os modos de discursivização do analfabetismo na mídia televisiva brasileira e sua relação com práticas de cidadania<sup>1</sup>. Selecionamos o *Profissão Repórter*, da Rede Globo de Televisão, do Brasil, como objeto empírico desta pesquisa. Há mais de 10 anos no ar, o programa propõe-se a descortinar os bastidores da reportagem, tratando de temáticas do cotidiano social, situações de violência e risco. Entendemos que o formato e as pautas priorizadas pelo programa são elementos contingenciais para pensar no modo como nos construímos como cidadãos.

---

1 Embora não seja o objetivo deste trabalho, reconhecemos que a análise da questão da educação pode ser realizada sob diferentes prismas, como a hipótese da subalternidade e a teoria crítica dos direitos humanos.

O fato de ser produzido por uma das maiores emissoras televisivas brasileiras constitui-se, também, em uma das justificativas para emprendermos este estudo, tendo em vista a capilaridade social desta emissora no país.

A partir disso, apresentamos a análise de uma edição específica do programa sobre analfabetismo, de 21 de julho de 2015, que consiste em um recorte da tese de doutorado de Conrad (2018), intitulada “Estratégias Discursivas no programa Profissão Repórter: os sentidos de cidadania aquém e além do discurso”. Utilizamos a abordagem teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica (ADC), a partir de Norman Fairclough (2016), com a operacionalização as categorias de intertextualidade constitutiva e intertextualidade manifesta.

## 2. Marco teórico

As formas de produção e (re)produção da desigualdade social nas práticas sociais se estabelecem como foco privilegiado da corrente da Análise Crítica do Discurso, cujas raízes teórico-epistemológicas, da década de 1980, se fundam no estudo de discursos e representações de minorias sociais. Dentre os analistas do discurso dessa corrente, adotamos a perspectiva dos estudos de Fairclough (2016), cuja compreensão de discurso e prática social permitem refletir sobre os movimentos de constituição, reprodução e mudança social. O discurso é pensado, aqui, como um elemento atrelado à prática social, se fundando sob duas “camadas”: como um modo de ação (sobre o mundo e sobre os outros, principalmente) e como um modo de representação.

Fairclough (2016) reconhece a existência de diferentes orientações para as práticas sociais nas quais a linguagem se manifesta como discurso, dando especial atenção à orientação política e ideológica. Ao usarmos a linguagem para dar significação ao mundo social, estamos estabelecendo relações de poder, já que podemos alterar e transformar os significados em curso. O processo de significação hierarquiza, silencia, nomeia, dá voz, exclui, caracteriza, configurando a interdependência entre as práticas política e ideológica. Chegamos, então, ao conceito de ideologia, aqui entendido como “os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder” (Fairclough, 2016, p.98).

Nesses termos, entendemos que o discurso construído pela *mainstream media*<sup>2</sup> não é apenas um ato individual que põe em relação as instâncias do veículo e dos telespectadores. Esse discurso ocupa uma posição de poder, pois, historicamente se constituiu como um espaço legitimado para a produção de diferentes gêneros, reforçando valores socioculturais e posições sociais hege-

2 O termo em inglês *mainstream* refere-se, segundo Carpentier, Lie e Servaes (2001), a um tipo de mídia privada ou estatal, caracterizada pela produção em larga escala, comercialização de propaganda e estrutura hierárquica, atendendo à racionalidade instrumental do modo de produção capitalista.

mônicas. Essa perspectiva, que relaciona discurso e poder na construção de significados sociais, é salientada por Fairclough (2016):

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação de mundo, mas de significação do mundo, **constituindo e construindo o mundo em significado** (p.95 - grifos nossos).

Nesta prática de significação do mundo, o discurso veiculado pela *mainstream media* adquiriu uma posição de poder privilegiada e central; pode-se dizer, que é o principal espaço com o qual nos relacionamos em busca de informações e direitos de cidadania, afetando nosso conhecimento de mundo, nossas representações e nossas relações sociais.

Dialoga com essa perspectiva o conceito de *quarto bios* ou midiaticização de Sodré (2010), cuja implicação seria uma “qualificação particular da vida, um novo modo de presença do sujeito no mundo” (Sodré, 2010, p.14). O autor explica que o processo de midiaticização no qual vivemos cria uma “eticidade”, no sentido de novos valores, hábitos, costumes entre o sujeito e sua relação com as formas de comunicação linear ou em rede. De acordo com Sodré (2010),

É que a tecnocultura - essa constituída por mercado e meios de comunicação, a do quarto bios - implica uma transformação das formas tradicionais de sociabilização, além de uma nova tecnologia perceptiva e mental. Implica, portanto, um novo tipo de relacionamento do indivíduo com referências concretas ou com o que se tem convencionalizado designar como verdade, ou seja, uma outra condição antropológica (p. 27).

Com determinadas estratégias discursivas, a mídia atua como uma produtora de verdades e constitui nosso conhecimento de mundo e nossas práticas sociais. Segundo Sodré (2010), essa instância é “uma técnica política de linguagem” (p.26), não apenas designativa, mas, especialmente, produtora de realidade. Essa perspectiva é também adotada por Miguel Rodrigo Alsina (1989), que caracteriza a atividade jornalística, em especial, como “um rol socialmente legitimado para producir construcciones de la realidad públicamente relevantes” (p.30). Os consumidores e a sociedade institucionalizam e legitimam o papel da mídia e do jornalismo de construtores da realidade, justificando este mecanismo.

Ainda que não seja a única instância a produzir representações sociais da realidade, a mídia atua como mediadora da nossa relação com o social, conformando também a nossa condição de cidadãos. As temáticas que ganham visibili-

dade nos programas de televisão, nas novelas e nas produções jornalísticas acabam pautando, de certa maneira, as discussões sobre esses temas nas diferentes esferas sociais. Por essa razão é que Ramalho & Resende (2011) comentam que:

Hoje, é preciso reconhecer o papel de destaque das mídias como instrumento de lutas hegemônicas, o qual ampliou a possibilidade de grupos cada vez mais restritos disseminarem seus discursos, suas visões particulares de mundo como se fossem universais (p.52).

Entende-se que o discurso produzido pelo Profissão Repórter, apesar de assumir uma posição dominante, possui suas linhas de fuga, seus pontos de escape, uma vez que o discurso, na abordagem crítica, está assentado na perspectiva dialética. Possui, desse modo, uma estrutura relativamente estável, além da prática e do evento, tidos como elementos “contraditórios e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, as quais manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória” (Fairclough, 2016, p.98).

Nesse sentido, o discurso “contribui tanto para reproduzir a sociedade [...] como é, mas também contribui para transformá-la” (Fairclough, 2016, p.96). As práticas discursivas seriam, então, um momento de estabilização de práticas sociais, as quais não são completamente fixas como as estruturas sociais. Para Ramalho & Resende (2011), a prática social seria um estrato intermediário cujos contornos se situam entre as estruturas sociais (tidas como estruturas fixas) e as ações individuais (que seriam estruturas mais flexíveis).-

### 3. Metodologia

O Profissão Repórter é um programa jornalístico semanal da grade de programação da Rede Globo de Televisão, uma das maiores emissoras de televisão do Brasil. Surgiu em 2006 como um quadro do programa Fantástico, exibido aos domingos. Atualmente, o Profissão Repórter é exibido nas noites de quarta-feira e disponibilizado posteriormente no site da emissora (Memória Globo, n.d.)<sup>3</sup>. Sua narrativa, com duração aproximada de 35 minutos, descortina os modos de produção da reportagem, fixando-se em efeitos de autorreferencialidade em que se mostram os bastidores da notícia e os desafios da reportagem.

Para Gross & Paschoalick (2012), a consolidação do Profissão Repórter deu-se a partir de uma identidade atrelada diretamente à figura do seu idealizador, o jornalista e repórter Caco Barcellos. Comandando o programa há mais de 10 anos, Caco tem uma trajetória na Rede Globo marcada por reportagens jornalísticas que tematizam os direitos humanos, abordando assuntos como desaparecidos políticos, Ditadura Militar e guerra civil angolana. Além dessas, o repórter

3 Disponível em: <http://g1.globo.com/profissao-reporter/> Acesso em 10/03/18.

também é autor dos livros-reportagem *Rota 66* (1992) e *Abusado* (2003), ambos premiados pelo Prêmio Jabuti<sup>4</sup>. Os livros tratam de reportagens investigativas que denunciam o tráfico de drogas no Rio de Janeiro e a violência policial de São Paulo (Memória Globo, online). Essa mesma linha parece ter sido seguida pelo Profissão Repórter, cujo formato prioriza a “periferia” da sociedade contemporânea e busca construir uma “reportagem de contrastes” (Barcellos, 2016, p. 43).

O Profissão Repórter prioriza temáticas do cotidiano social e situações de violência e riscos (Gross & Paschoalick, 2012). Segundo Caco Barcellos (2016), o programa consistiu-se num “espaço para contar histórias dos outros. De quem não tem voz ou de quem tem demais. Mas, sempre, do outro” (p. 44) Essa perspectiva dialógica é projetada por meio do uso de estratégias de autorreferencialidade, encenação dos bastidores, uso de cenas de *making of* e de “testemunhos humanizados dos repórteres (Gross & Paschoalick, 2012, p.46). Tal abordagem permite concebermos o programa como um espaço midiático privilegiado de construção de representações sobre minorias sociais e cidadania.

Além disso, levamos em conta o alcance social que a Rede Globo, como canal de televisão aberta, tem em um país continental como o Brasil. Segundo Pesquisa Brasileira de Consumo de Mídia (2016), 63% dos brasileiros se informam por meio da televisão. Essa estimativa cresce para 89% se considerarmos a televisão como primeiro ou segundo meio de comunicação preferido. As características da sua linguagem audiovisual permitem a ela ser consumida por todas as classes sociais, independentemente do grau de escolaridade das pessoas (Paternostro, 1999). Nota-se, por exemplo, que 84% dos analfabetos entrevistados na Pesquisa de Mídia (2016) se informam sobre os acontecimentos por meio da televisão. Nesse sentido, “Hoje, não é possível pensar a realidade brasileira sem a televisão. Ela conforma desejos, influencia a categorização dos anseios, generaliza particularidades, compõe o tecido da cultura. Educa” (Baccega, 2002, p. 1). Por essa razão, falar sobre cidadania nesse ambiente tem grande importância.

Por compreender que o direito/dever à educação é uma das principais bases para o desenvolvimento de outras formas de cidadania, direcionamos nosso olhar para os programas que versavam sobre esse tema. A seleção do *corpus* de análise partiu de um recorte temático feito com base no levantamento dos programas disponíveis no site do Profissão Repórter, totalizando 83 programas veiculados a partir do ano de 2014<sup>5</sup>. Chegamos, assim, ao total de cinco edições com a temática educação: escolas, analfabetismo, transporte escolar, escolas ocupadas e merenda escolar. Tendo em vista a extensão do programa e a necessidade de se realizar uma análise qualitativa sobre esse material, selecionamos a edição de 21 de julho de 2015 sobre analfabetismo<sup>6</sup> para ser objeto de análise deste artigo.

4 Criado há mais de 60 anos, o Prêmio Jabuti é uma das premiações literárias mais importantes do Brasil.

5 Disponível em <http://g1.globo.com/profissao-reporter/> Acesso em 05/05/17.

6 Disponível em <http://g1.globo.com/profissao-reporter/edicoes/2015/07/21.html> Acesso em 04/12/17.

O mapeamento das conexões entre as escolhas dos atores sociais e o contexto mais amplo da produção discursiva proposto pela ADC implica em desconstruir e reconstruir o ato de produção de um evento por meio de suas estratégias discursivas. Fazemos isso a partir da operacionalização da categoria de intertextualidade trabalhada por Fairclough (2016) a partir de dois níveis: a intertextualidade manifesta e a constitutiva. Enquanto a primeira refere-se ao que está em uma camada mais visível do texto, a segunda considera as relações entre ordens do discurso, feitas por meio do interdiscurso, constituindo uma camada mais densa e propriamente constitutiva dos discursos.

De acordo com Resende & Ramalho (2004), “a análise intertextual refere-se às relações dialógicas entre o texto e outros textos [...]” (p.187) e, podemos completar, entre discursos. A intertextualidade constitutiva, cujo termo foi desenvolvido nos estudos de Julia Kristeva, pode ser aproximada dos conceitos de interdiscursividade e interdiscurso utilizados por outras correntes da Análise de Discurso ao mostrar que os enunciados se constroem a partir da sua relação com enunciados e discursos anteriores. O discurso faz-se a partir do interdiscurso, num jogo em que dizeres anteriores lhe são constitutivos (Maingueneau, 2005). A produção de um texto só pode existir, então, a partir da existência de outros textos, numa natureza de dialogicidade. Nesse sentido, Maingueneau (1997) diz que a intertextualidade é um “processo de reconfiguração incessante”, no qual “a formação discursiva é levada a incorporar elementos pré-construídos, produzidos fora dela” (p.113).

A intertextualidade manifesta nomeia a dimensão em que esses diálogos com outros textos se mostram explicitamente. Por essa razão, ela dá corpo a um nível mais pontual de análise, pois permite ao pesquisador mapear as marcas textuais implicadas em determinada construção discursiva. Fairclough (2016) elenca uma série de operadores para a sua análise, dos quais selecionamos a negação e a pressuposição<sup>7</sup>. De acordo com o autor, as *pressuposições*, “são proposições que são tomadas pelo(a) produtor(a) do texto como já estabelecidas ou ‘dadas’” (Fairclough, 2016, p.161). Essas proposições deixam marcas no texto, a exemplo das conjunções que introduzem uma oração junto de um verbo; e os artigos definidos que expressam “significados ‘existenciais’” (p.161). Na aplicação desse elemento analítico, me interesse pelas formas como as pressuposições se apresentam: se são “manipulativas” ou “sinceras” no texto midiático do Profissão Repórter. Como afirma Fairclough (2016),

as pressuposições são formas efetivas de manipular as pessoas, porque elas são frequentemente difíceis de desafiar. Um entrevistado, em uma entrevista da mídia, que desafia uma pressuposição em uma pergunta do(a) entrevistador(a), pode pa-

---

7 A intertextualidade manifesta ainda compreende as dimensões de representação do discurso, meta-discurso e ironia (Fairclough, 2016, p.159). Para os fins deste trabalho, selecionamos apenas as categorias de pressuposição e negação.



recer facilmente como quem está se esquivando do problema. As pressuposições manipulativas também requerem sujeitos interpretantes com experiências e suposições particulares em textos anteriores e, assim fazendo, elas contribuem para a constituição ideológica dos sujeitos. (p.162-163)

Assim como as pressuposições, o texto também que contém enunciados de *negação* que produzem efeitos específicos no discurso a partir de relações intertextuais, uma vez que uma frase negativa carrega uma pressuposição afirmativa. Com isso, reúnem “outros textos para contestá-los ou rejeitá-los”, da mesma forma que podem usar a negação para reforçar o efeito de sentido que estão produzindo hegemonicamente na interação.

Partindo dessas categorias e das relações entre intertextualidade manifesta e constitutiva, realizamos um mapeamento das marcas textuais sobre analfabetismo dispostas na superfície do texto para cotejar possibilidades de compreensão da cidadania desde os discursos da mídia.

#### **4. Resultados e Discussão**

A edição de 21/07/2015 do Profissão Repórter aborda o tema educação apresentando um “retrato” do analfabetismo no Brasil. As estratégias discursivas configuram o modo como o programa dá significado e visibilidade ao direito à alfabetização de crianças e adultos em situação de vulnerabilidade. Para construir esse “retrato do analfabetismo no Brasil”, o programa se vale de estratégias intertextuais que nos conduzem a um mapeamento de posições de sujeito apresentados no seu discurso. O programa pauta-se pelo contexto da desigualdade social, compreendido como uma condição estruturante das relações sociais.

Inicialmente, o Profissão Repórter traz dados numéricos como estratégias discursivas capazes de estabilizar os sentidos, buscando “mostrar as pessoas que estão por trás dos números e das estatísticas” (Barcellos, 2016, p.77). O programa utiliza os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que aponta que 13 milhões de brasileiros são analfabetos. Segundo a reportagem, para reduzir esse índice, o Governo Federal implantou o programa *Brasil Alfabetizado*, concedendo bolsas a educadores. Sob essa abordagem, a repórter Mayara Teixeira investiga o envolvimento do município de Alagoinha do Piauí (PI) em possíveis fraudes na concessão dessas bolsas aos educadores.

Embora o programa se utilize desses dados para dar veracidade às informações, a própria reportagem realiza uma pesquisa informal na cidade. E o resultado dessa pesquisa contradiz o índice de 44% do IBGE, já que o programa contabiliza apenas 22% de analfabetos, conforme as entrevistas feitas com os moradores. Os habitantes do município de Alagoinha do Piauí não acreditam

que possuem o maior índice de analfabetismo. Pelas marcas lexicais utilizadas nos enunciados negativos, percebemos que os sujeitos se encontram em uma posição de humilhação e vergonha, semelhante aos sentidos suscitados pela posição discursiva de Edilson, um dos entrevistados. O exemplo, a seguir, ilustra essa perspectiva:

[Mayara Teixeira, repórter (*off*): Por onde a gente passa, todos olham. O primeiro olhar é de **curiosidade**<sup>8</sup>... que logo se transforma em **desconfiança**. E a desconfiança vira **incômodo**.

[...]

Mas por que nossa presença incomoda tanto? O motivo de tudo isso é um *ranking* nacional. Esse aqui é o município de Alagoinha do Piauí. **Segundo o IBGE**, a cidade **com maior número de analfabetos em idade adulta**.

Moradores:

[Morador 1]: -Não, **eu acho que não**. Tem muito alfabetizado também.

[Morador 2]: -Tem analfabeto tem, mas que é o maior índice, **eu não concordo, não**.

[Morador 3]: -Também não concordo, não.

[Morador 4]: -Eu acho que foi **mal informado**; aqui não é a cidade que tem os analfabetos distante, não.

As palavras “curiosidade”, “desconfiança” e incômodo” constroem intertextualidades a partir da pressuposição de que o município de Alagoinha do Piauí já é reconhecido pelo alto índice de analfabetismo no Brasil. Um percurso de sentidos vai sendo construído pela representação do discurso indireto da repórter, de modo a reforçar o sentido de vergonha e constrangimento dos moradores. As relações estruturadas pelas estratégias discursivas sugerem que a situação de analfabetismo do município ocorre em função de práticas corruptas envolvendo os educadores da cidade em fraudes no programa *Brasil Alfabetizado*.

Nesse contexto, ser analfabeto significa não estabelecer vínculos com a sociedade, assim como não firmar relações sociais em um mundo estruturado sob a hegemonia das palavras, dos números, dos meios de comunicação. Significa atraso, subdesenvolvimento, desemprego, pouca ou nenhuma possibilidade de lutar por melhores condições de vida. No caso de Edilson, inclusive para conseguir um emprego de pintor é preciso ter domínio de leitura e escrita, já que o ambiente do Centro de Apoio ao Trabalhador de São Paulo pressupõe que as pessoas que o frequentam são alfabetizadas:

Atendente do Centro de Apoio ao Trabalhador (CAT): O senhor **dá uma olhada lá no painel de vagas**. Se tiver alguma vaga que interesse o senhor, o senhor anota o **código da vaga, identificação da vaga e o nome da vaga**.

8 As marcações em **bold** que empregamos nos exemplos destacam os núcleos de sentidos que buscamos explicar nas análises.

Edilson: Vish, Maria! Como é que eu vou **saber** disso e aquilo! Olha aí! Eu vou **saber** qual é o painel de vagas aqui! Você tá vendo a **dificuldade**?

Eliane Scardovelli, repórter (*off*): Olha a **situação** que eu fico, né? E se a gente não tivesse aqui quem é que ia **ajudar o Edilson** a descobrir o que significam todas essas placas aqui.

Eliane Scardovelli, repórter: E aí, Edilson?

Edilson: E daí que eu fiquei **perdido**, né?

Eliane Scardovelli, repórter: Mas, então, por que que  **você não disse pra ela** que você não sabia ler?

Edilson: Eu fiquei com **vergonha**, né. Aí eu não falei nada, fiquei quieto.

[...]

Outra atendente do CAT: O senhor estudou até qual série?

Edilson: **Olha, geralmente... pra ti falar a verdade, eu não estudei**. Não estudei, eu tava no norte, no norte eu não estudei. **Tô começando a estudar agora**.

[...]

Edilson: Agora, com a **leitura** também ajuda, né? Você ter um pouco de leitura, você já sabe **se virar mais**, entendeu? **Não é dependente dos outros**. Porque se vê ali, ele me colocou ali, vai no painel. Eu ia procurar o que no **painel sem saber ler**? Me fala pra mim! Eu ia procurar o quê? **Sem saber ler**? Fiquei feito um **besta** ali.

Mesmo que o programa tenha anunciado previamente a sua situação de analfabetismo, Edilson não teve coragem de contar que é analfabeto, o que ratifica os sentidos de humilhação e vergonha. Quando consegue admitir que não sabe ler nem escrever, utilizando-se de recursos linguísticos metadiscursivos e de negação (“Olha, geralmente... pra ti falar a verdade eu não estudei”), Edilson precisa, por força dos valores sociais e culturais circulantes, revelar que está estudando. O enunciado “Tô começando a estudar agora” tem efeitos de justificação.

Na sua apuração, o Profissão Repórter se posiciona como observador da ‘realidade’ dos sujeitos (re)apresentados como personagens. Perante a situação de Edilson, o enunciador se desloca dessa posição para interferir e ajudá-lo. Isso se mostra visível pela situação de comunicação apresentada em outra cena, na qual Edilson é exposto, pela equipe de produção da reportagem, a várias formas de comunicação escrita: fichas, cartas, documentos, placas e painéis, configurando um contexto que depende da compreensão da língua e de suas diferentes expressões.

Além disso, a situação de Edilson é reforçada pelas lexicalizações advindas dos efeitos do analfabetismo. Os sintagmas “dificuldade”, “perdido”, “dependente” e “besta” evidenciam as relações sociais que Edilson constrói com o mundo e o modo como ele (inter)age diante de determinadas situações. Essas unidades linguísticas também fazem parte das estratégias de controle interacional da repórter, cujo interesse parece querer reafirmar as dificuldades que a posição de analfabetismo confere ao personagem.

Por estarem ligados a valores científicos de exatidão, objetividade e imparcialidade, os dados de institutos de pesquisa ocupam uma posição de caráter inquestionável. Apesar disso, pelo controle interacional do programa, o repórter dá voz aos moradores como uma forma de policiar a agenda e os tópicos da reportagem, que se orienta para os sentidos de corrupção do analfabetismo em Alagoinha do Piauí. Nesse sentido é que o programa dá voz a Abelardo, ex-vereador da cidade, eleito por seis vezes, o qual é confrontado pelas estratégias de tomada de turno e controle de tópicos utilizadas pela repórter Mayara Teixeira.

A representação indireta do discurso é empregada para contextualizar as identidades sociais e as relações que se estabelecem no discurso e também para fornecer pistas sobre o controle interacional. A repórter determina e policia a agenda, de modo a questionar as práticas do vereador em relação ao programa *Brasil Alfabetizado*<sup>9</sup>. Pelos enunciados de Abelardo, a repórter acentua os sentidos de corrupção, enfraquecendo o sentido de analfabetismo apontado na pesquisa realizada pelo IBGE.

Dessa forma, a trajetória discursiva delineada pelo programa traz à tona a posição de sujeito fiscalizador que o Profissão Repórter assume. Revestida de caráter investigativo, a reportagem determina as interações que compõem a estrutura textual pelas vozes discursivas que mobiliza: os moradores, o ex-vereador, o Ministério Público e o secretário de educação de Alagoinha do Piauí. Pela construção de sentidos empreendida, a repórter comprova que os índices de analfabetismo do IBGE foram utilizados para embasar as fraudes do programa *Brasil Alfabetizado* e, a partir disso, aciona as vozes de autoridade do poder público, tanto para reafirmar esse sentido, com a Defensoria Pública, quanto para responsabilizá-lo, com a Secretaria de Educação do município. Inicialmente, o programa parece direcionar os sentidos de corrupção exclusivamente ao Governo Federal. Esse significado é alterado quando a repórter, em *off*, enuncia: “O programa é federal, mas o município deveria acompanhar a aplicação do dinheiro”. A presença da conjunção “mas” marca uma relação de oposição e, ao mesmo tempo, pressupõe que a responsabilidade quanto à prática das fraudes pode se dar nos dois níveis, federal e municipal.

Em outro contexto do programa, a repórter Eliane Scardovelli acompanha os sujeitos em processo de aprendizagem, conhecendo suas histórias e dificuldades. O espaço de uma igreja é transformado em local de aprendizagem para os adultos que desejam se alfabetizar. O deslocamento do significado potencial de escola faz dela um tipo peculiar de ambiente de ensino-aprendizagem, tanto pelo espaço físico quanto pelo fato de não abrigar crianças, adolescentes ou jovens, mas, sim, adultos trabalhadores. Percebe-se, ao longo da reportagem,

---

9 O Programa Brasil Alfabetizado, do Ministério da Educação, foi criado no governo Lula em 2003. É desenvolvido em todo o território nacional, e tem por objetivo oportunizar o acesso à alfabetização de jovens, adultos e idosos, priorizando municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo (como a região Nordeste, que apresenta 90% de taxa de analfabetismo). Fonte: <http://portal.mec.gov.br/programa-brasil-alfabetizado> Acesso em 08/03/19.

que a repórter se mostra receptiva às dificuldades dos entrevistados, configurando uma relação fonte-repórter menos autoritária e mais aproximativa, haja vista as escolhas lexicais empregadas, como evidencia o trecho a seguir:

Repórter (*off*): 13 milhões de brasileiros com mais de 15 anos **não sabem ler nem escrever**. Isso significa que até o fim do ano **o Brasil não vai cumprir** um pacto internacional de **reduzir pela metade o analfabetismo de adultos**.

Repórter: **Posso ver, posso ver?**

Aluna: Ah, isso aqui, isso tem muita coisa errada.

Repórter: **Nossa!** A senhora tá escrevendo um monte, já!

[...]

Adenir: Pra quem não sabe é **muito difícil**, mas **a gente vai tentando**, uma hora chega lá, né?

Repórter: **Oh, claro!**

Adenir: **Não pode desistir**, né?

Repórter: **Isso aí!**

Adenir: A **primeira nominho que eu li** assim na rua...foi é...lavanderia! E eu **fiquei toda feliz**, né, de eu conseguir (risos).

O enunciado negativo “o Brasil não vai cumprir um pacto internacional de reduzir pela metade o analfabetismo de adultos” está relacionado ao contexto do analfabetismo adulto e infantil. Isso indica que, além dos sujeitos representados no programa, há uma parcela muito maior de pessoas que continuarão analfabetas, o que pressupõe um grande número de brasileiros sem interação com o mundo e perspectivas de desenvolvimento político, econômico, social ou cultural, tendo em vista a importância da escolaridade para essa realização. Por isso, a partir dos sistemas de conhecimento e crença sustentados pelo discurso do programa, o valor do estudo é expressado pelos enunciados negativos, como, por exemplo: “Não pode desistir”, “Se eu desistir, eu não vou conseguir aprender” e “Não dá pra desanimar”.

Esses enunciados, que expressam negação, também acionam o contexto particular que envolve o processo de alfabetização em fase adulta e que demarca as identidades dos sujeitos no discurso: são trabalhadores com família, que exercem profissões de baixa remuneração ou estão em situação de pobreza e vulnerabilidade social, recebem o benefício do Bolsa Família<sup>10</sup>, trabalham na roça, ou estão desempregados. Entendemos que o contexto mais amplo é delineado pela sociedade capitalista, cujos efeitos atingem as pessoas menos privilegiadas e, portanto, com menos cidadania. Conforme o pensamento de Piza (2010),

---

10 O Bolsa Família (Lei nº 10.836, de 2004) é um programa de distribuição de renda, criado pelo Governo Federal, que ajuda famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Mais informações disponíveis em: <http://bolsa-familia.info/>. Acesso em: 5 jan. 2018.

A sociedade capitalista produziu um abismo profundo entre ricos e pobres, consequência do processo ilimitado de acúmulo de capital, hoje um sistema mundial de produção. Isso tem levado parte das populações dos países pobres a ficar totalmente a mercê da propaganda ideológica, vivendo na miséria e acreditando em ilusões como a 'cidadania para todos'. A sociedade capitalista se constrói a partir do indivíduo e de seu desempenho sem ligação essencial alguma com os outros. (p.71)

Todas essas questões arranjam o significado da educação como um direito do cidadão, apresentando as condições individuais e materiais como parte fundamental para o exercício da cidadania. Tratando-se das conjunturas individuais, essa concepção da cidadania conquistada pelo desempenho dos sujeitos reflete-se na posição discursiva assumida por Joselito Estrela. Joselito foi alfabetizado aos 38 anos e, hoje, é técnico de pesquisa em um laboratório da Universidade de São Paulo (USP). Ele foi situado no programa Profissão Repórter como exemplo de ascensão social. Na estrutura textual, esse sujeito está apresentado ao final do episódio, após as histórias de vida de sujeitos em posição de aprendizagem e sob condições de desigualdade social, configurando uma estratégia de controle interacional com a finalidade de significar o valor da superação, da não desistência e do esforço próprios do indivíduo, excluindo os contextos sociais, econômicos e políticos que também interferem nesse processo.

Por outro lado, quando se tratam das condições materiais de existência, percebemos que a história da família de Arielina Andrade Silva, a qual representa uma situação de analfabetismo infantil, traz a trajetória de uma mulher negra, em situação de vulnerabilidade social, viúva, mãe de sete filhos. Destes, apenas dois continuam na escola. Vejamos o exemplo:

Arielina: Eu não sei o que deu na cabeça deles que **eles não quis ir** [sic.] [para a escola]. Eu acho que é de fato deles... não sei... **eles não têm as coisas direito pra ir**, um **sapato novo, um sapato bão**, umas coisa assim pra eles ir pra escola. Eles **desisti**, eles ficaram com **vergonha** do pessoal ir **mais bonito que eles**, indo **mais arrumado** e eles indo do jeito deles.

A posição discursiva de Arielina, e também as de Eli Santos e Edilson Oliveira, mostram-se semelhantes na representação do programa. Eli é diarista e Edilson é pintor desempregado; são histórias de pobreza, família com mais de cinco filhos, infância na roça ou em outra ocupação de trabalho manual. Eles foram crianças que tiveram que trocar a escola pelo trabalho (a roça) e que, hoje, já adultos, buscam a alfabetização como meio de inserção social, econômica, cultural e política. Para esses sujeitos, conforme o discurso do Profissão Repórter, o significado da alfabetização está na oportunidade de estabelecer relações de diferentes ordens, imprescindíveis para sua sobrevivência e seu convívio social, bem como para seu sustento.

Percebe-se que os sentidos de não cidadania, uma cidadania negada pela falta de condições materiais para o sustento da família, são expressados pelos sintagmas negativos “não quis ir” e “não têm as coisas direito”. Esses trechos evidenciam a importância de pensar a alfabetização para além de uma etapa escolar, cujos sentidos se limitam a tornar o sujeito apto a ler e a escrever. O direito à educação possui efeitos aquém e além das condições materiais dos sujeitos, as quais, por vezes, funcionam como impedimentos, interdições sociais para o acesso e a permanência na escola.

Pelos enunciados de Ariélina, a escola figura como um ambiente social estruturado sob valores estéticos e determinados padrões sociais que nos ‘dizem’ o que é aceitável ou não. Etiketando os sujeitos como adequados/inadequados para frequentar a escola, o direito à educação fica vinculado ao direito de acesso e permanência e também ao consumo como um meio de garantir a adequação dos sujeitos aos valores éticos e estéticos que as relações sociais escolares demandam. Nessa perspectiva, a oportunidade de alfabetização suscita sentidos de emprego e renda, melhores condições de vida, interação social e consumo, servindo, assim, como meio para a realização de aspirações pessoais, na construção da própria identidade dos sujeitos e na expressão da suas subjetividades. No entanto, as desigualdades estruturais, aquelas que não podem ser superadas pelo esforço individual, são demarcadas pelos trechos do exemplo a seguir:

Mayara Teixeira, repórter: Até que ano a senhora acredita que ele [César] possa **continuar estudando?**

Maria Roselândia Costa, mãe de César: Por mim, **ele estudaria a vida inteira!** **É tudo que eu quero** pra meus filhos!

Repórter: É seu **sonho?** Estudar a vida inteira?

César, 10 anos, 6º ano: Sim! É, eu quero se **formar em médico.**

[...]

Mayara Teixeira, repórter: O senhor estudou até que série?

Ademar José da Costa, pai de César: Eu? Nem a primeira! **O estudo que meu pai me deu era a roça.** A pessoa saber **ler e escrever é bom demais**, o cabra vai e chega assim, num **supermercado**, e quer comprar uma coisa, qualquer coisa, aí tem o preço ali [ininteligível] e tá sabendo o **preço** ali, né?

Os exemplos desses sujeitos expressam as posições de desigualdade social estruturais que constituem a situação do analfabetismo no Brasil. A ausência de condições sociais e econômicas para exercer o direito à educação limita e até mesmo impede a permanência dos sujeitos na escola. O que se apresenta nessas histórias de vida é a realização de um Estado de bem-estar social que fornece subsídios mínimos para a sobrevivência dessas famílias, cuja relação torna-se paternalista.

O Estado de bem-estar social estaria preocupado com os “desejos psicológicos” dos indivíduos, enquanto que o Estado social de direito buscaria se respon-

sabilizar pelos “mínimos de justiça” de cada cidadão, ou seja, suas necessidades básicas (Cortina, 2005, p.66). No programa Profissão Repórter, o direito/dever à educação pode ser considerado um privilégio, alcançado pelo mérito dos indivíduos e, em alguns momentos, com ajuda do Estado, uma vez que o programa *Brasil Alfabetizado* é uma iniciativa do Governo Federal.

Já os valores axiológicos sugerem que o problema social de acesso e permanência na escola pode ser resolvido com persistência, motivação pessoal e trabalho árduo. A meritocracia, reforçada pelo dogma “se você quer, você pode”, própria do capitalismo neoliberal, apresenta-se vigente no programa, através do modelo de exceção de Joselito. O exemplo, a seguir, retrata essa visada interpretativa.

Repórter (*off*): Joselito foi um dos primeiros alunos da professora Margarita. [...]

**Hoje**, ele é um técnico responsável por este laboratório de pesquisa em cirurgia para estudantes de medicina da USP. [...]

Repórter: E o estudo teve que participação nessa **conquista**?

Joselito: Muita! O estudo teve uma...participação **fundamental**, porque sem ele **eu não ia conseguir nada**.

Como um caso de sucesso, a história de Joselito Estrela reapresenta os sentidos ideacionais para a superação do analfabetismo, contrapondo os significados anteriores. No entanto, a posição de cidadãos em processo de aprendizagem, pelas estratégias intertextuais, constrói os “sujeitos sociais e os tipos de eu” (Fairclough, 2016) dos analfabetos sob um rol de significados que os desqualificam para o mercado de trabalho e as relações sociais. Por isso, identificamos que, entre os significados que percorrem e perpassam o termo “analfabetismo”, estão os sentimentos de vergonha, desajuste e atraso, que se referem à estratégia de pressuposição. Por meio dessa estratégia, é possível inferir que o processo de desenvolvimento da alfabetização pressupõe normativas, especialmente no que diz respeito à idade escolar. Os enunciados negativos reforçam esse sentido, especialmente quando os repórteres colocam os entrevistados em situações que podem ser consideradas constrangedoras. Este trecho representa tal perspectiva:

Eli Santos, diarista: Eu acho que eu tenho dificuldade pra aprender. Mas aí, quando eu penso que, se eu desisti, eu não vô conseguir aprende, aí eu volto. Aí eu quero continuar. **Que é muito ruim você não saber ler. É a pior coisa que tem é você não saber ler.**

Teve uma vez que eu entrei num açougue pa... aí eu não sabia, né... fui e perguntei o preço da carne. Aí o rapaz foi e falou assim: “Ah, você não tá vendo o preço aí não”. **Aí eu fiquei morrendo de vergonha.**

[...]



Os exemplos apresentados até aqui remontam ao contexto de desigualdade social que caracteriza o cenário brasileiro, no qual fazemos uma aproximação com os conceitos de cidadania diferenciada e cidadania insurgente, de Holston (2013). A primeira é entendida como uma cidadania seletiva e condicionada às relações de poder desiguais, visto que produz um “tratamento especial” a alguns cidadãos, enquanto nega esses mesmos direitos a outros (Holston, 2013). Pela cidadania diferenciada, podemos pensar que o direito à alfabetização e, de modo mais amplo, à educação, é tomado como um privilégio, representado pela posição de sujeito de Joselito. Já a cidadania insurgente é forjada por indivíduos e grupos suprimidos dessa elite de cidadãos privilegiados que (re)formulam a concepção de cidadania, ressignificando-a para um contexto de luta política contra as desigualdades (Holston, 2013). Nesse sentido, nossa análise aponta para sentidos de resistência, observados pelo modo como as pessoas em situação de vulnerabilidade lidam com as dificuldades do processo de alfabetização tardia.

## 5 Conclusões

Os modos de organização e produção de significação sobre o mundo são, de alguma forma, perpassados pela mídia, que funciona como um mapa de referências sobre o modo como agimos, interagimos e representamos a realidade social. A partir disso, tomando como exemplo a referida análise, consideramos pertinente destacar o papel que a mídia *mainstream* vem assumindo na sociedade contemporânea ao produzir, por meio de seus discursos, diferentes possibilidades de construção da cidadania.

As estratégias discursivas do discurso jornalístico produzem formas de conhecimento sobre o contexto social, podendo visibilizar e/ou silenciar determinados grupos sociais, bem como seus direitos de cidadania, tal como visualizamos no programa sobre analfabetismo no Brasil do Profissão Repórter. O analfabetismo se torna um problema de cidadania à medida que o consideramos como um direito de todo cidadão e toda cidadã, já que as práticas de leitura, escrita e interpretação do mundo são essenciais para todos os tipos de relações sociais que estabelecemos.

No entanto, a análise do programa nos mostra que as formas de comunicação visual que se utilizam da escrita são naturalizadas em diferentes situações cotidianas. Essa perspectiva aparece no modo como os entrevistados do Profissão Repórter ocupam posições discursivas que acionam sentidos de vergonha, desajuste e atraso para o analfabetismo, posicionando os analfabetos como sujeitos desqualificados para o mercado de trabalho e para as relações sociais e de consumo.

Antes de ser um direito-dever, a cidadania se torna um privilégio, pois depende das condições econômicas das pessoas. O processo de alfabetização na

idade própria (que ocorre a partir dos quatro anos de idade<sup>11</sup>) dá lugar à necessidade do trabalho, especialmente para as pessoas que moram no campo, pois o trabalho na roça é o meio de sustento de famílias relativamente numerosas e em situação de extrema pobreza.

A seu turno, o Estado, embora seja considerado como uma instituição cujo dever é de garantir o direito à alfabetização, é representado pelo programa como um lugar de práticas ineficientes e corruptas, sendo incapaz de fornecer acesso a esse direito a todos.

Diante disso, consideramos que o programa Profissão Repórter discursiviza o analfabetismo no Brasil como um direito-privilegio, já que pessoas menos favorecidas economicamente precisam sacrificar suas vidas para garantir o direito à leitura, à escrita e à compreensão do mundo. Ao nosso ver, o problema dessa construção midiática está em reduzir a questão do analfabetismo às escolhas e esforços individuais dos sujeitos, sem problematizá-la em um espectro mais amplo e estrutural.

Ademais, entendemos que a alfabetização deveria ser tratada como um direito que sustenta o acesso a outros direitos (como os direitos civis e políticos), haja vista as possibilidades de se construir uma leitura de mundo mais crítica e emancipatória. A educação torna-se, assim, uma forma de luta contra diferentes formas de opressão em prol de uma vida mais justa e digna. E a televisão, em especial, no contexto brasileiro, possui um papel essencial na construção de sentidos sobre os modos de entender a importância da cidadania e do que significa ser cidadão e cidadã na contemporaneidade.

## Referências bibliográficas

- Alsina, M. (1989). *La construcción de la noticia*. Barcelona: Paidós Comunicación.
- Baccega, M. A. (2002). Televisão e escola: aproximações e distanciamentos. *Anais do Congresso Anual em Ciência da Comunicação*, Salvador, BA, Brasil, 25. Recuperado de <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/15999749417050870364241954281402151688.pdf>
- Barcellos, C. (2016). *Profissão Repórter 10 anos: grandes aventuras e grandes coberturas*. São Paulo: Edição Planeta.
- Carpentier, N., Lie, R. & Servaes, N. (2001). *Community media: muting the democratic media discourse?* Brighton: Koccc Centre for Critical Studies in Communication and Culture.
- Conrad, K. Q. (2018). *Estratégias discursivas no programa profissão repórter: os*

11 Conforme o Art. 208 da Constituição Federal Brasileira de 1988, Art. 208, entende-se "a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria".

- sentidos de cidadania aquém e além do discurso*. (Tese de doutorado), Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
- Cortina, A. (2005). *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Edições Loyola.
- Fairclough, N. (2016). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Genro Filho, A. (1987). *O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre: Editora Tchê.
- Gross, D. & Paschoalick, P. (2012). Profissão Repórter, um panorama. In: R Soares & M Gomes (orgs.). *Profissão Repórter em diálogo*. (p.31-49), São Paulo: Alameda.
- Holston, J. (2013). *Cidadania Insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Maingueneau, D. (2005). *Gênese dos Discursos*. (Tradutor Possenti, S.). Curitiba: Criar Edições.
- Maingueneau, D. (1997). *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Meditsch, E. (1992). *O conhecimento do jornalismo*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Memória Globo. *Caco Barcellos*. Recuperado em 5 de maio de 2017, de <http://g1.globo.com/profissao-reporter/>.
- Paternostro, V. (1999). *O texto na tv: manual de telejornalismo*. Rio de Janeiro: Campus.
- Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. (2016). *Pesquisa Brasileira de Consumo de Mídia*, Brasília, DF. Recuperado de: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>.
- Orlandi, E. (2002). *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes.
- Ramalho, V. & Resende, V. (2011). *Análise de Discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa*. Campinas/SP: Pontes Editora.
- Ramalho, V. & Resende, V. (2004). *Análise de Discurso Crítica, do Modelo Tridimensional à Articulação Entre Práticas: Implicações Teórico- Metodológicas. Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão, 5(1), 185-207.*
- Sodré, M. (2010). *Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis: Editora Vozes.